GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Secretaria de Estado de Educação

DEGASE

concurso público

CURSO DE FORMAÇÃO

Data: 19/11/2014 Duração: 5 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

- 01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:
 - a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova do Curso de Formação, sem repetição ou falha
 - b) Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.
- **02-** Verifique se este material está em ordem e se o seu nome confere com o que aparece no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.
- **03** Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.
- **04-** No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B D

- **05** Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 (quatro) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 06- Será eliminado do Concurso Público o candidato que:
 - a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.
 - b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas.
- **07** Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas.** Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

É OBRIGATÓRIO DEVOLVER ESTE CADERNO AO FISCAL







- **01.** A ideia de infância e adolescência está amparada a partir de uma análise histórica e social, o que implica afirmar que infância e adolescência:
- A) são etapas da vida caracterizadas como eventos da natureza
- B) são resultados variáveis baseados em princípios hormonais
- C) possuem uma caracterização cronológica definida como etapas fixas da vida
- D) são resultados variáveis de processos sociais, políticos e culturais
- **02.** A atual dimensão política sobre a criança e adolescente acarretou mudanças legais na forma como a sociedade deve percebê-los, o que significa afirmar que:
- A) estão sob tutela do Estado e devem seguir ações educacionais e disciplinares
- B) em sua condição peculiar de desenvolvimento, passam a ter seus direitos fundamentais reconhecidos e respeitados
- C) é dado aos pais o direito inalienável de poderes de tutela
- D) suas opiniões, desejos e limitações estão sob responsabilidade do Estado e somente a escola pública e gratuita de qualidade pode suprir suas necessidades básicas
- **03.** Pensar a família na contemporaneidade requer uma compreensão de sua pluralidade, ou seja, que se leve em conta as transformações que culminaram no reconhecimento de novas conjugações e relações entre os indivíduos. Tal fato implica afirmar que a família:
- A) envolve o reconhecimento de modelos de coabitações diferentes
- B) é formada por um pai, uma mãe e filhos cujas transformações e conjugações fortaleceram esse modelo
- C) é uma instituição tradicional cujo formato possui legitimidade regular e durante séculos traz diferenças baseadas nas classes sociais que influenciam a relação entre os indivíduos
- D) deve ser compreendida a partir de uma dimensão educacional, que expressa as transformações derivadas de modelos considerados normais em suas conjugações
- **04.** Em 1927, promulga-se o Código de Menores, momento pelo qual o Estado passa a se comprometer e intervir com políticas públicas. Nesse momento da história brasileira, a criança desprovida de proteção passa a ser tutela assistencialista do Estado. Com o objetivo de inibir a constante situação das crianças nas ruas e em situação irregular, as ações do Estado nessa época são direcionadas para:
- A) colocar estas crianças dentro da escola com passagens em abrigos e na família de origem
- B) colocar estas crianças dentro da escola punindo as famílias pela falta de responsabilidade e abandono de incapaz
- C) desenvolver programas de assistência médica e acompanhamento familiar
- D) colocar esta criança para fora da rua e dentro das instituições penais em prol da disciplina, normalização social e controle da ordem
- **05.** A ampliação do debate sobre direitos humanos, efetivado a partir da promulgação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, em 1989, acarretou mudanças na definição de infância e fortaleceu no Brasil a tese da Doutrina da Proteção Integral, o que significa dizer que:
- A) a criança passa a ser tutela do Estado, que será obrigado a construir escolas e instituições de correção disciplinares
- B) normas e leis serão desenvolvidas junto com as famílias de origem das crianças
- C) a criança e o adolescente passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos
- D) a criança e o adolescente passam a ser percebidos como sujeitos de direitos, mas sob a tutela do Estado e acompanhamento direto das instituições

- **06.** Existem vários fatores que colocam os jovens em situação de vulnerabilidade social. Entre estes fatores, destacam-se os riscos:
- A) do trabalho infantil, da exploração da prostituição infantil e da dinâmica familiar
- B) do trabalho infantil, do transporte público e da dinâmica familiar
- C) do transporte público, da dinâmica familiar e da exploração da prostituição infantil
- D) da ausência do pai, do transporte público e da exploração da prostituição infantil
- **07.** A maneira como um adolescente se vê, seus valores, sua competência e o mundo que o cerca pode ser afetado pelo grau de violência a que é submetido ao longo de sua vida. Acredita-se que a experiência de violência tenha um importante papel no julgamento que o adolescente faz de si e dos outros. Pode-se destacar, como fator de risco na formação dos adolescentes e na forma como percebem a violência e a confiança nos outros, a:
- A) explícita naturalização da violência elucidada a partir do mercado cinematográfico de fácil acesso
- B) ausência de discussão sobre violência na família e a total falta de educação religiosa nas escolas
- C) violência cometida por pessoas de quem o adolescente espera amor e respeito
- D) banalização sexual que influencia os atos violentos observada na internet, entre outros meios de comunicação
- **08.** A vulnerabilidade social pode ser caracterizada como resultado entre a disponibilidade de recursos materiais e simbólicos, além da capacidade humana de responder às crises sociais. Isso significa que serão considerados em situação de vulnerabilidade:
- A) grupos de pessoas que migram de um país para outro e pedem asilo político em busca de qualidade de vida
- B) grupos, famílias e indivíduos descontentes com a situação política na qual estão inseridos, mas possuem recursos educacionais
- C) indivíduos, famílias ou grupos que sofrem de recursos sociais insuficientes para a garantia da qualidade de vida
- D) indivíduos, famílias ou grupos que sofrem de recursos sociais, mas possuem oportunidades e garantia de qualidade de vida
- **09.** Sobre a história da política de atendimento a crianças e adolescentes, houve um período em que a assistência destinada à população pobre ficava sob responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia. Havia um sistema de amparo às crianças abandonadas que privilegiava o anonimato das mães que não podiam, pelos padrões da época, assumir publicamente a condição de mães solteiras. Esse sistema é denominado:
- A) Porta da Esperança
- B) Portal dos Abandonados
- C) Rodas dos Expostos
- D) Cilindro dos Órfãos
- 10. Sobre a história da política de atendimento a crianças e adolescentes, é a partir do século XIX que o Estado passa a se preocupar com a infância. As primeiras decisões do Estado com relação à infância pobre eram direcionadas apenas aos meninos desvalidos, excluindo os escravos e as meninas. Neste período, a assistência pública criou o:
- A) Asilo de Menores Desvalidos
- B) Asilo de Maiores Órfãos
- C) Educandário de Menores Abandonados
- D) Educandário de Menores Órfãos

- **11.** Sobre o direito brasileiro da criança e do adolescente, com a proclamação da república, no final do século XIX e início do século XX, a questão da criança, começa adquirir certa dimensão política, provocando as elites políticas, intelectuais e segmentos da filantropia. Destaca-se neste período o surgimento das:
- A) colônias socioeducativas
- B) colônias correcionais
- C) colônias punitivas
- D) colônias de exploração
- **12.** Promulga-se, em 13 de julho de 1990, a lei nº 8060, o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, em que criança e adolescente passam a ser entendidos como sujeitos de direito, titulares de direitos fundamentais e subjetivos tendo como direção a:
- A) Doutrina da Situação Irregular
- B) Doutrina Penal Brasileira
- C) Doutrina da Situação Regular
- D) Doutrina da Proteção Integral
- **13.** O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA se constitui em um instrumento jurídico social de plena legitimidade histórica, configurando-se como uma ferramenta de cidadania, pois viabiliza a todo cidadão acionar os meios de defesa de direitos:
- A) da criança (de 0 a 12 anos de idade) e do adolescente (de 12 a 18 anos de idade)
- B) da criança (de 1 a 13 anos de idade) e do adolescente (de 13 a 18 anos de idade)
- C) da criança (de 2 a 12 anos de idade) e do adolescente (de 12 a 18 anos de idade)
- D) da criança (de 0 a 12 anos de idade) e do adolescente (de 12 a 21anos de idade)
- **14.** A construção do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA foi resultado de um processo histórico, marcado por grandes lutas dos movimentos sociais pela infância, dos setores progressistas da sociedade civil, dos operadores das instâncias governamentais e das pressões internacionais, estabelecendo novos paradigmas na esfera de atendimento à população infanto-juvenil. Dentre os avanços observados, está:
- A) o reconhecimento da situação peculiar de sujeitos em desenvolvimento
- B) a gestão centralizada no Poder Judiciário de caráter filantrópico e assistencial
- C) a concepção da família como objeto de proteção assistencial
- D) o Sistema de Justiça executando funções assistenciais
- **15.** Sobre a proteção da infância e da adolescência como política de direitos humanos, o Plano Nacional de Direitos Humanos III PNDH 3 estabelece a definição operacional de sua implementação. Os planos de Ação, sendo fixados os recursos orçamentários, as medidas concretas e os órgãos responsáveis por sua execução, devem ser construídos a cada:
- A) quatro anos, sendo fixados os recursos orçamentários, as medidas concretas e os órgãos responsáveis por sua execução
- B) três anos, sendo fixados os recursos orçamentários, as medidas concretas e os órgãos responsáveis por sua execução
- C) dois anos, sendo fixados os recursos orçamentários, as medidas concretas e os órgãos responsáveis por sua execução
- D) um ano, sendo fixados os recursos orçamentários, as medidas concretas e os órgãos responsáveis por sua execução

- **16.** O conteúdo do objetivo estratégico VII do Plano Nacional de Direitos Humanos III PNDH 3 é implementação do:
- A) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), na efetivação dos princípios dos direitos humanos
- B) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na efetivação dos princípios dos direitos humanos
- C) Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SIESSE), na efetivação dos princípios dos direitos humanos
- D) Estatuto do Servidor Estadual (ESE), na efetivação dos princípios dos direitos humanos
- **17.** O Projeto Pedagógico Institucional do DEGASE reflete como um dos questionamentos "Qual a visão de homem" e fundamenta essa visão na seguinte legislação:
- A) Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (1990)
- B) Sistema Nacional de Atendimentos Socioeducativo SINASE (2012)
- C) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (1996)
- D) Constituição da República Federativa do Brasil (1988)
- **18.** O Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro PASE, configura-se como marco na concepção, articulação e atuação das políticas para a:
- A) Assistência Social
- B) Segurança Pública
- C) Socioeducação
- D) Saúde
- **19.** Os questionamentos em que o Projeto Pedagógico Institucional PPI se utiliza para a compreensão dos fundamentos do trabalho socioeducativo são:
- A) qual a visão de homem?, qual a visão de mundo? e qual a visão de conhecimento?
- B) qual a visão de homem?, qual a visão de trabalho? e qual a visão de futuro?
- C) qual a visão de homem?, qual a visão de trabalho? e qual a visão de mundo?
- D) qual a visão de homem?, qual a visão de educação? e qual a visão de trabalho?
- **20.** A Lei n°12.594/2012, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE, recomenda e destaca as peculiaridades de cada adolescente, ressaltando assim a sua:
- A) coletividade
- B) individualidade
- C) sociabilidade
- D) cidadania
- **21.** A Lei nº 12.594/2012 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE ratifica deliberações anteriores dos Conselhos de Direitos. Estes conselhos foram instituídos pelo:
- A) SINASE Normatizador e Orientador
- B) Estatuto da Criança e do Adolescente
- C) Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
- D) Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de janeiro

- **22.** Com a aprovação da Lei 12.594/2012, que é derivada do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 134/2009, de autoria do próprio Executivo, e considerando a relação dessa lei com a Resolução Nº 119, de 2006, do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), é correto afirmar que a sanção da lei que institui o SINASE:
- A) tem maior validade do que a resolução, devendo ser a única normativa orientadora
- B) vai ao encontro e ratifica deliberações anteriores dos Conselhos de Direitos
- C) além de reunir princípios, regras e critérios para a execução de medidas socioeducativas e para programas de atendimento ao adolescente infrator, revoga a resolução anterior dos Conselhos de Direito
- D) não tem relação com o as deliberações do Conanda e ambos os documentos têm a mesma dimensão jurídica.
- **23.** Dentre as definições de competências definidas pela nova lei do Sinase, cabe aos Municípios, na execução das medidas socioeducativas, as competências que se relacionam a:
- A) Programas de Liberdade Assistida (L.A.) e Prestação de Serviço à Comunidade (P.S.C)
- B) Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade e co-financiamento dos Programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade
- C) co-financiamento das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, co-financiamento dos Programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade
- D) Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, execução dos Programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade
- **24.** No que diz respeito ao disposto na Lei nº 12.594/2012, Título II, que trata da "Execução das Medidas Socioeducativas", é correto afirmar que o prazo determinado para a construção do Plano Individual de atendimento (PIA) para os adolescentes é de até:
- A) 45 dias (após a aplicação da medida), para medida socioeducativa de internação e semiliberdade, sendo de responsabilidade dos agentes socioeducativos do programa de atendimento socioeducativo
- B) 15 dias (após a aplicação da medida), para medida socioeducativa de internação e semiliberdade e de 15 dias para medida socioeducativa de liberdade assistida
- C) 45 dias (após a aplicação da medida), para medida socioeducativa de internação e semiliberdade, sendo de responsabilidade da equipe técnica do programa de atendimento socioeducativo
- D) 15 dias (após a aplicação da medida), para medida socioeducativa de internação e semiliberdade, sendo de responsabilidade da equipe de saúde mental do programa de atendimento socioeducativo
- **25.** Leia as seguintes afirmativas sobre a medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA):
- I- A LA será adotada sempre que se configurar como a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.
- II- A LA será fixada pelo prazo mínimo de 45 dias.
- III- A LA não pode ser prorrogada, revogada ou substituída.
- IV- A LA preserva os laços familiares e comunitários.

Em relação a estas afirmativas, é correto dizer que:

- A) apenas I é correta
- B) apenas I e III são corretas
- C) apenas I e IV são corretas
- D) todas as afirmativas são corretas

- **26.** Com relação à medida de Prestação de Serviço à Comunidade/ PSC, julgue os itens que se seguem como Certo (C) ou Errado (E):
- I- Consiste em tarefas gratuitas de interesse geral.
- II- Pode ser prorrogada.
- III- Prioriza as aptidões dos adolescentes

A opção que corresponde ao julgamento correto é:

- A) C-C-C
- B) C-E-C
- C) C-E-E
- D) E-C-C
- **27.** O atendimento ao adolescente em conflito com a lei executado no limite geográfico do munícipio:
- A) desfavorece o cometimento de outros atos infracionais
- B) fortalece o contato e o protagonismo da família e da comunidade
- C) dificulta a inserção do adolescente na rede socioassistencial
- D) contribui para o envolvimento em situações de vulnerabilidade social
- **28.** O Centro de Referência Especializado da Assistência Social/ CREAS destina-se a:
- I- adolescentes com a finalidade de tratamento de drogas
- II- famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal
- III- crianças com dificuldade de aprendizagem
- IV- adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto

Em relação a estas afirmativas, pode-se dizer que:

- A) I e III estão corretas
- B) II, III e IV estão corretas
- C) apenas IV está correta
- D) II e IV estão corretas
- **29.** O adolescente Mevil, de 16 anos, foi encaminhado ao Centro de Socioeducação para cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, as medidas socioeducativas, quanto a sua natureza, podem ser:
- A) sociopsicológicas
- B) sociopedagógicas
- C) sociopsicopedagógicas
- D) sociosancionatórias
- **30.** À luz do ECA, considera-se adolescente sujeito à aplicação de medidas socioeducativas:
- A) entre 12 anos completos e 18 anos de idade incompletos
- B) entre 12 anos incompletos e maior de 18 anos de idade completos
- C) maior de 14 anos completos e menor de 18 anos de idade incompletos
- D) maior de 14 anos incompletos e menor de 18 anos de idade completos
- **31.** A Socioeducação, nas unidades do DEGASE, realizar-se-á na preparação de adolescentes e jovens para o:
- A) mundo do trabalho
- B) compromisso intelectual
- C) convívio social
- D) ideário utópico
- **32.** Há apenas medidas socioeducativas em:
- A) advertência, prestação de serviços à comunidade, colocação em abrigo
- B) prestação de serviços à comunidade, internação provisória, colocação em família substituta
- Semiliberdade, internação, inclusão em tratamento de dependência química
- D) liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, semiliberdade

- **33.** Michael Foucault, em 2000, publicou um amplo estudo sobre a sociedade moderna. Para o referido autor, a disciplina é uma técnica de produção de corpos:
- A) fortes
- B) obedientes
- C) dóceis
- D) frágeis
- **34.** Analisando os processos disciplinares utilizados em prisões, Foucault (2000) explicitou a noção de que as formas de pensamento são também relações de poder, pois implicam a coerção e a imposição por meio de:
- A) vigilância e libertação
- B) vigilância e punição
- C) punição e sanção
- D) sanção e repreensão
- **35.** A afirmativa de que a construção da identidade social do adolescente no cotidiano passa pelos processos biográfico e relacional é de autoria de:
- A) Foucault (2000)
- B) Deleuze (1996)
- C) Jacinto (1995)
- D) Costa (2006)
- **36.** As primeiras instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação irregular (Código de Menores 1927/1979) possuíam características de:
- A) incompletude institucional
- B) instituição total
- C) trabalho em rede
- D) aproximação familiar e comunitária
- **37.** Sabe-se que o trabalho socioeducativo requer constantes análises de sua prática cotidiana em busca do aprimoramento do atendimento e acompanhamento dos adolescentes. A equipe de socioeducadores, compartilhando das mesmas referências de trabalho, deve estar em sintonia, entendendo que a socioeducação tem como especificidade a promoção de aprendizagens de convívio social e de participação na vida pública. Pode-se considerar que um dos maiores desafios requeridos aos profissionais seja o desenvolvimento do trabalho em equipe. Dessa forma, acredita-se que o trabalho socioeducativo deva desenvolver-se na modalidade:
- A) multidisciplinar
- B) transdisciplinar
- C) interdisciplinar
- D) individual
- **38.** Considerando-se que, dentre outras prioridades, o trabalho socioeducativo tem como finalidade levar o adolescente à compreensão de sua condição de cidadão de direitos e deveres, os profissionais socioeducadores desenvolvem suas ações objetivando contribuir para o fortalecimento das capacidades de autonomia e responsabilização deste público. Atuando dessa forma, favorece os adolescentes a se tornarem capazes de tomar decisões baseadas no conhecimento e na noção de responsabilidade. Dentre as ações desenvolvidas pelos profissionais, duas importantes ferramentas são adotadas na prática cotidiana, quais sejam:
- A) rotina da unidade e transporte dos adolescentes
- B) estudo de caso e relatório técnico
- C) medicalização e atividades coletivas
- D) formação de hábitos de higiene e visitação

- **39.** O Estudo de Caso requer planejamento, a fim de possibilitar o envolvimento da equipe de trabalho, do mesmo modo que requer a participação de todos os profissionais que atuam junto ao adolescente, com o objetivo de propiciar o melhor desenvolvimento do processo socioeducativo. Nesse sentido, pode-se dizer que o Estudo de Caso busca produzir:
- A) avaliações que auxiliem no entendimento individualizado de cada caso
- B) encontros de profissionais sem objetivos definidos
- C) conversação sobre assuntos não pertinentes ao trabalho
- D) práticas não identificadas com os objetivos da socioeducação
- **40.** As Unidades de Internação Provisória e de Internação apresentam os Núcleos de Saúde Mental, cujo objetivo é:
- A) oferecer atendimento especializado aos adolescentes focando prioritariamente nas questões do uso de substancias psicoativas
- B) oferecer atendimento especializado aos adolescentes focando prioritariamente nas questões que envolvam transtornos mentais
- C) oferecer atendimento especializado aos adolescentes focando nas questões que envolvam transtornos mentais e/ou uso de substâncias psicoativas
- D) oferecer atendimento especializado aos adolescentes focando prioritariamente nas questões do uso de tabaco
- **41.** O Plano Individual de Atendimento do Adolescente, inserido no Título II, Capítulo IV da Lei do SINASE (Lei nº 12.594 de 18/01/12), constitui um plano de estratégias e ações a serem desenvolvidas segundo diretrizes fixadas por eixos de garantia de direitos fundamentais. Para a construção do Plano Individual de Atendimento, deverá ser realizado estudo de caso a partir:
- A) de uma única avaliação interdisciplinar, com o planejamento das ações sem a participação de agentes socioeducativos
- B) da reunião com a equipe interdisciplinar de referência do adolescente, com a presença e participação de agentes socioeducativos
- C) da reunião somente com a presença e participação de agentes socioeducativos
- D) da reunião somente com a equipe interdisciplinar de referência do adolescente para planejamento das ações
- **42** O estudo de caso é uma importante ferramenta na construção do Plano Individual do Adolescente. Tal instrumento apresenta dois objetivos principais. São eles:
- A) na internação provisória, o estudo de caso deverá ser aprofundado e, na internação e semiliberdade, objetiva-se levantar e reunir todas as informações e dados do adolescente
- B) na internação provisória, objetiva-se levantar e reunir todas as informações possíveis sobre o caso estudado e, na internação e semiliberdade, o estudo de caso é aprofundado
- C) na internação provisória, levantam-se as características do adolescente e, na internação e semiliberdade, mantém-se as características levantadas na internação provisória não se realizando qualquer acréscimo
- D) na internação e semiliberdade, o estudo de caso é aprofundado e na internação provisória não é realizado

- **43.** A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e do Jovem aborda a atenção integral à saúde desse segmento da população considerando suas necessidades específicas, as características socioeconômicas e culturais da comunidade à qual pertencem bem como as diferenças de gênero, raça, religião. Assim, promover a saúde integral nos centros socioeducativos é garantir a descentralização da política de atendimento ao adolescente por meio da:
- A) universalidade, igualdade e prevenção na defesa da integralidade física e moral do adolescente
- B) igualdade e prevenção na defesa somente da integralidade física do adolescente
- C) prevenção de doenças na defesa da integralidade física e moral do adolescente
- D) universalidade das ações de saúde na defesa da integralidade física e moral do adolescente
- **44.** A proposta de atendimento socioeducativo do Novo DEGASE visa contribuir para a formação dos jovens. Para isso, as ações realizadas envolvem vivências em diferentes eixos que facilitam a compreensão de mundo e a relação do jovem com a sociedade. Diante do exposto, avalie quais das opções abaixo fazem parte deste itinerário formativo:
- I- coerção
- II- educação
- III- profissionalização
- IV- esporte, cultura e lazer
- V- trabalho obrigatório

Estão corretas:

- A) todas as alternativas
- B) apenas II, III, V
- C) apenas II,I II, IV e V
- D) apenas II,III, IV
- **45.** O trabalho desenvolvido com as famílias dos adolescentes que estão em acompanhamento socioeducativo é norteado por marcos legais, que traduzem o importante papel que a família representa na vida dos adolescentes, bem como a compreensão do compartilhamento de suas responsabilidades. A partir das diretrizes da Constituição Federal de 1988 (Art. 226) e do Estatuto da Criança e do Adolescente, outro importante marco legal vem orientar o trabalho a ser desenvolvido com os adolescentes e suas famílias, pautado no reconhecimento dos seus direitos. Pode-se dizer que este documento seja:
- A) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96)
- B) a Lei 8.080 Conselho Nacional de Saúde
- C) o Estatuto do Servidor Público
- D) o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006)
- **46.** O trabalho realizado no Novo DEGASE junto aos familiares dos adolescentes autores de ato infracional busca a centralidade nas famílias e nas políticas públicas, tendo como principais objetivos propiciar condições de acolhimento às angústias e ansiedades, além de prestar informações e orientações sobre o desenvolvimento das medidas socioeducativas. Nesse contexto, pode-se dizer que a participação da família no acompanhamento da Medida Socioeducativa está centralizado:
- A) na adesão ao projeto de vida do adolescente
- B) nos conflitos publicizados na instituição
- C) nos limites da rede de atenção
- D) no que cada família espera da instituição

- **47.** É importante pilar que implica reconhecer nossos comportamentos, ou seja, detectar os nossos defeitos e qualidades, o impacto que causamos nos outros e que tipos de comportamentos nos afeta:
- A) empatia
- B) assertividade
- C) autoconhecimento
- D) cordialidade
- **48.** Ter uma boa convivência no ambiente laboral não é fácil, mas é possível se nos basearmos nos cinco pilares do relacionamento interpessoal, exceto:
- A) ética
- B) assertividade
- C) individualidade
- D) cordialidade
- **49.** O servidor do Novo DEGASE que, em razão de seu cargo ou função, tem acesso ao prontuário com as anotações referentes ao ato infracional praticado pelo adolescente e, por sua livre e espontânea vontade o divulga à imprensa, afronta, na modalidade de exceção, o seguinte princípio da administração pública:
- A) razoabilidade
- B) hierarquia
- C) isonomia
- D) publicidade
- **50.** Considera-se lícita a acumulação de um cargo de:
- A) professor com um cargo de vigia
- B) médico com outro cargo de médico
- C) de professor com um cargo de guarda municipal
- D) agente administrativo com outro cargo de agente administrativo